

**CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO COM PUBLICIDADE  
INTERNACIONAL**

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIGAÇÃO, CORTE DE ÁGUA E  
SUBSTITUIÇÃO DE CONTADORES  
PRC 52/2023**

**CADERNO DE ENCARGOS**

## Índice

<b>Cláusula 1.<sup>a</sup></b> .....	5
<b>Objeto</b> .....	5
<b>Cláusula 2.<sup>a</sup></b> .....	5
<b>Contrato</b> .....	5
<b>Cláusula 3.<sup>a</sup></b> .....	6
<b>Preço base</b> .....	6
<b>Cláusula 4.<sup>a</sup></b> .....	6
<b>Prazo</b> .....	6
<b>Cláusula 6.<sup>a</sup></b> .....	7
<b>Obrigações principais do adjudicatário</b> .....	7
<b>Cláusula 7.<sup>a</sup></b> .....	8
<b>Transferência da propriedade</b> .....	8
<b>Cláusula 8.<sup>a</sup></b> .....	8
<b>Acompanhamento da prestação do serviço</b> .....	8
<b>Cláusula 10.<sup>a</sup></b> .....	9
<b>Objeto do dever de sigilo</b> .....	9
<b>Cláusula 11.<sup>a</sup></b> .....	10
<b>Tratamento de dados pessoais</b> .....	10
<b>Cláusula 12.<sup>a</sup></b> .....	12
<b>Conservação de dados pessoais</b> .....	12
<b>Cláusula 13.<sup>a</sup></b> .....	12
<b>Transferência de dados pessoais</b> .....	12
<b>Cláusula 14.<sup>a</sup></b> .....	13
<b>Dever de cooperação</b> .....	13
<b>Cláusula 15.<sup>a</sup></b> .....	13
<b>Preço contratual</b> .....	13
<b>Cláusula 16.<sup>a</sup></b> .....	14
<b>Condições de pagamento</b> .....	14
<b>Cláusula 18.<sup>a</sup></b> .....	15
<b>Acompanhamento e controlo do contrato</b> .....	15
<b>Cláusula 19.<sup>a</sup></b> .....	16
<b>Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato</b> .....	16
<b>Cláusula 20.<sup>a</sup></b> .....	16

Cessão da posição contratual e subcontratação do Cocontratante .....	16
<b>Cláusula 21.<sup>a</sup></b> .....	17
<b>Penalidades contratuais</b> .....	17
<b>Cláusula 22.<sup>a</sup></b> .....	18
<b>Força maior</b> .....	18
<b>Cláusula 23.<sup>a</sup></b> .....	19
<b>Resolução por parte da Águas do Alto Minho</b> .....	19
<b>Cláusula 24.<sup>a</sup></b> .....	20
Resolução do contrato por parte do adjudicatário .....	20
<b>Cláusula 25.<sup>a</sup></b> .....	21
Execução da caução .....	21
<b>Cláusula 26.<sup>a</sup></b> .....	21
<b>Responsabilidades</b> .....	21
<b>Cláusula 27.<sup>a</sup></b> .....	21
<b>Seguros e Encargos Sociais</b> .....	21
<b>Cláusula 28.<sup>a</sup></b> .....	22
<b>Foro competente</b> .....	22
<b>Cláusula 29.<sup>a</sup></b> .....	23
<b>Regulamentos dos fornecedores</b> .....	23
<b>Cláusula 30.<sup>a</sup></b> .....	23
<b>Comunicações e notificações</b> .....	23
<b>Cláusula 31.<sup>a</sup></b> .....	23
<b>Contagem dos prazos</b> .....	23
<b>Cláusula 32.<sup>a</sup></b> .....	23
<b>Legislação aplicável</b> .....	23
<b>ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</b> .....	24
<b>PARTE I - GERAL</b> .....	24
<b>Cláusula 33.<sup>a</sup></b> .....	24
<b>Âmbito do contrato</b> .....	24
<b>Cláusula 34.<sup>a</sup></b> .....	24
<b>Condições Gerais dos Meios Humanos, Materiais e Equipamento</b> .....	24
<b>Cláusula 35.<sup>a</sup></b> .....	27
<b>Fornecimento e receção de contadores</b> .....	27

<b>Cláusula 36.<sup>a</sup></b> .....	27
<b>Pagamento dos serviços executados</b> .....	27
<b>Cláusula 37.<sup>a</sup></b> .....	27
<b>Frequência dos serviços prestados</b> .....	27
<b>Cláusula 38.<sup>a</sup></b> .....	28
<b>Dificuldades/Impossibilidades na execução do serviço</b> .....	28
<b>Cláusula 39.<sup>a</sup></b> .....	29
<b>Fiscalizações da prestação de serviços</b> .....	29
<b>Cláusula 40.<sup>a</sup></b> .....	29
<b>Reclamações Cliente</b> .....	29
<b>PARTE II – ESPECIFICAS</b> .....	30
<b>Cláusula 41.<sup>a</sup></b> .....	30
<b>Modo de Execução dos serviços</b> .....	30
<b>Cláusula 42.<sup>a</sup></b> .....	32
<b>Serviços prestados</b> .....	32

## **CLÁUSULAS GERAIS**

### **Capítulo I - Disposições gerais**

#### **Cláusula 1.<sup>a</sup>**

##### **Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato para aquisição de serviços inerentes ao serviço de abastecimento de água na Águas do Alto Minho, S.A., com observância das especificações técnicas e as disposições normativas constantes do presente Caderno de Encargos.

#### **Cláusula 2.<sup>a</sup>**

##### **Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O presente caderno de encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
5. O estabelecimento, na proposta, de termos ou condições não admitidas por este caderno de encargos e que não tenham sido detetados em fase pré-contratual consideram-se, para efeitos de execução do contrato, como não escritos e de nenhum efeito.

### **Cláusula 3.<sup>a</sup>**

#### **Preço base**

O preço base do procedimento é, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos, 1.789.236,00 EUR (um milhão setecentos e oitenta e nove mil duzentos e trinta e seis euros), não incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado.

### **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

#### **Prazo**

1. Sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias que perdurem para além do seu termo, o contrato tem a duração de 3 (três) anos, a contar da sua data de assinatura, cessando no final desse período ou no momento em que a Entidade Adjudicante tenha pago ao Adjudicatário o preço contratual, consoante o que ocorrer primeiro, sem prejuízo de eventuais renovações conforme previsto no ponto seguinte.
2. Sem prejuízo do prazo estabelecido no número anterior, o contrato por ser denunciado por qualquer uma das partes, com uma antecedência mínima de 120 (cento e vinte dias), após o decurso do prazo de 12 (doze) meses de execução contratual.
3. A denúncia referida no número anterior deverá ser comunicada por escrito, nos termos da cláusula 30.º do caderno de encargos.

### **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

#### **Fases de execução contratual**

Os serviços objeto do contrato compreendem as seguintes fases de execução:

- a) Serviços indicados no ponto 4 da cláusula 42.º das Especificações técnicas – Parte II – a partir da outorga do contrato;
- b) Serviços indicados no ponto 3 da cláusula 42.º das Especificações técnicas – Parte II – a partir de 16.09.2023.
- c) Serviços indicados nos pontos 1 e 2 da cláusula 42.º das Especificações técnicas – Parte II – a partir de 21.12.2023.

## **Capítulo II - Obrigações contratuais**

### **Secção I - Obrigações do adjudicatário**

#### **Subsecção I – Disposições gerais**

## **Cláusula 6.<sup>a</sup>**

### **Obrigações principais do adjudicatário**

I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato, constituem obrigações principais do adjudicatário, as seguintes:

- a. Executar os serviços objeto do contrato, em conformidade com o estabelecido nas Cláusulas gerais e especiais do Caderno de Encargos, e com a proposta adjudicada, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
  - b. Sujeitar-se à ação fiscalizadora da AdAM;
  - c. Prestar as informações que forem solicitadas pela AdAM;
  - d. Realizar todos os trabalhos enumerados na adjudicação, nas condições de prazo e preço contratados;
  - e. Garantir o sigilo quanto à informação a que o pessoal envolvido nos trabalhos venha a ter acesso;
  - f. Disponibilizar o número suficiente de meios humanos com qualificação técnica adequada, de forma a garantir uma correta articulação entre os prestadores de serviços e os representantes da AdAM;
  - g. Comunicar à AdAM os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação de serviços ou o cumprimento de qualquer outra das obrigações contratuais estabelecidas;
  - h. Comprometer-se a remover os resíduos gerados em cada local pela prestação dos serviços;
  - i. Entregar nas instalações da AdAM, ou locais análogos, os resíduos metálicos gerados aquando da prestação dos serviços;
  - j. Garantir o envio dos outros resíduos para destino final ambientalmente adequado e licenciado;
  - k. Dever de efetuar quaisquer outros serviços que forem consequentes daqueles ou necessários para a sua perfeita execução e cuja responsabilidade lhe seja imputável;
  - l. Fornecer à da AdAM os contactos móveis de todos os seus colaboradores adstritos à execução dos serviços objeto do presente contrato, permitindo o acesso e contacto direto com os mesmos;
2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, de transporte, materiais, ferramentas, equipamentos de comunicação e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao

estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo, prevenindo danos, diretos e/ou indiretos, resultantes da execução da prestação do serviço.

3. Constituem ainda encargo exclusivo do adjudicatário a aplicação dos materiais envolvidos na realização dos serviços, nomeadamente tubagens, porém todo o tipo de acessórios necessários para a correta instalação (anilhas, selos personalizados, arame de selar entre outros) será fornecido pela AdAM.

4. Na prestação de serviços objeto do presente contrato o adjudicatário obriga-se a cumprir com todos os requisitos legais exigidos no âmbito da segurança e saúde, bem como as normas de segurança internas da AdAM.

### **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

#### **Transferência da propriedade**

1. Os elementos apresentados pelo adjudicatário ao abrigo do contrato passam a integrar a propriedade da AdAM, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.
2. Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente caderno de encargos.

### **Cláusula 8.<sup>a</sup>**

#### **Acompanhamento da prestação do serviço**

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o Cocontratante fica obrigado a manter, com uma periodicidade mensal, reuniões de coordenação e acompanhamento da prestação de serviços com os representantes da AdAM bem como a redigir as respetivas atas, a assinar por todos os intervenientes na reunião.
2. As reuniões de coordenação deverão permitir que haja, da parte da AdAM, conhecimento dos problemas e das opções mais relevantes ocorridos durante a prestação de serviços, incluindo as questões ambientais e de segurança.
3. As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita por parte do Prestador de Serviços, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.
4. O Prestador de Serviços fica também obrigado a apresentar à AdAM, com uma periodicidade mensal, até ao 3º dia útil do mês seguinte ao da prestação do serviço, um relatório de atividade com a evolução de todas as operações objeto da prestação de



serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato, contendo nomeadamente a seguinte informação:

- a. Quantidade do serviço realizado;
  - b. Não conformidades detetadas;
  - c. Eventuais propostas, recomendações ou sugestões de melhoria.
5. Todos os relatórios, registos, comunicações, e demais documentos elaborados pelo Prestador de Serviços devem ser integralmente redigidos em português.

#### **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

##### **(Regime dos trabalhadores afetos ao contrato)**

1. Os trabalhadores afetos ao contrato de aquisição de serviços prestam a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo, conforme decorre do artigo 419.º-A do CCP, aplicável por força do artigo 451.º, n.º 2, ambos do CCP.
2. O disposto no número anterior não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.
3. O disposto nos números anteriores não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução contratual.
4. A Contraente Pública pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental que ateste o cumprimento da obrigação prevista no n.º 1, devendo o Cocontratante prestá-la no prazo de 5 (cinco) dias.
5. A contratação de trabalhadores em violação do disposto no artigo 419.º-A do CCP constitui contraordenação muito grave como decorre da alínea f) do artigo 456.º do CCP.

#### **Subsecção II - Dever de sigilo**

#### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

##### **Objeto do dever de sigilo**

1. O Cocontratante obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Contraente Pública, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O Cocontratante obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.

3. O Cocontratante obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a Contraente Pública lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

### **Cláusula 11.ª**

#### **Tratamento de dados pessoais**

1. No caso de o Cocontratante necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções da Contraente Pública, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O Cocontratante não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O Cocontratante deve cumprir rigorosamente as instruções da Contraente Pública no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O Cocontratante deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O Cocontratante deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pela Contraente Pública, ou por quem atue em representação desta.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.

7. O Cocontratante deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente Caderno de Encargos e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, e que conhecem e se comprometem a cumprir todas as obrigações aqui previstas, sendo o Cocontratante responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
8. Mediante solicitação escrita da Contraente Pública, o Cocontratante deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
9. O Cocontratante deve comunicar de imediato à Contraente Pública quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
10. O Cocontratante encontra-se adstrito a notificar de imediato a Contraente Pública de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
11. Se o Cocontratante tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar a Contraentes Pública, por escrito, disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-a das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecendo-lhes qualquer outra informação que possam razoavelmente solicitar.
12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Cocontratante, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para a Contraente Pública:
  - a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
  - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e

- c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.

13. O Cocontratante obriga-se a ressarcir a Contraente Pública por todos os prejuízos em que venham a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenham incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
14. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do Cocontratante e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do mesmo é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pela Contraente Pública, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

##### **Conservação de dados pessoais**

1. O Cocontratante deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a 1 (um) ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela Contraente Pública.
2. Dependendo da opção da Contraente Pública, o Cocontratante apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

#### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

##### **Transferência de dados pessoais**

O Cocontratante não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da Contraente Pública, exceto se for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a Contraente Pública antes de proceder a essa transferência.

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

##### **Dever de cooperação**

O Cocontratante deve cooperar com a Contraente Pública ou com qualquer outra empresa do Grupo AdP, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Cocontratante em representação da Contraente Pública;
- b) Quando qualquer das empresas do Grupo AdP deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

#### **SECÇÃO II**

##### **OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE**

#### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

##### **Preço contratual**

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a AdAM deve pagar ao adjudicatário os preços unitários constantes da proposta, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
2. O preço total é estimado, por ser variável em função das quantidades de serviços efetivamente realizados, razão pela qual todo o pessoal afeto pelo adjudicatário à execução da prestação deverá estar permanentemente contactável, devendo, por isso, estar dotado de meios de comunicação eficazes que garantam, em permanência, a sua comunicação com o adjudicatário e deste com a AdAM apenas pagará os serviços que venham a ser real e efetivamente prestados, por aplicação dos preços unitários previstos para os tipos de trabalho indicados às intervenções efetivamente realizadas.
3. As quantidades apresentadas na Lista de Preços Unitários – Anexo III do programa do procedimento - são meramente indicativas, destinando-se, essencialmente, à determinação do preço total estimado.
4. Caso venha a verificar-se que o valor dos serviços efetivamente prestados é menor do que o valor correspondente às quantidades estimadas apresentadas nas Cláusulas deste Caderno

Encargos, o adjudicatário não terá direito a qualquer indemnização ou compensação, constituindo um risco inerente ao contrato.

5. O preço referido nos números anteriores inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Todo o pessoal afeto pelo adjudicatário à execução da prestação deverá estar permanentemente contactável, devendo, por isso, estar dotado de meios de comunicação eficazes que garantam, em permanência, a sua comunicação com o adjudicatário e deste com a AdAM nomeadamente os relativos aos meios humanos e materiais, alimentação, transporte, armazenamento e manutenção, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

6. Não haverá lugar à revisão de preços durante o prazo de execução contratual e eventuais renovações se as houver.

### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

#### **Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pela Contraente Pública, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 60 dias após a receção pela mesma das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida do Relatório Mensal de Atividades previsto no n.º 4 da cláusula 8.<sup>a</sup>.
3. Em caso de discordância por parte da Contraente Pública quanto aos valores indicados nas faturas, esta deve comunicar, por escrito, ao Cocontratante, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. A falta de pagamento dos valores contestados pela Contraente Pública não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do Cocontratante, devendo, no entanto, a Contraente Pública proceder ao pagamento da importância não contestada.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.ºs 1 a 3, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo Cocontratante.
6. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao Cocontratante serão automaticamente suspensos por igual período.

## **Cláusula 17.ª**

### **Faturação eletrónica**

1. As faturas a apresentar pelo adjudicatário devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados.
2. A faturas eletrónicas a emitir pelo adjudicatário deverão ser enviadas exclusivamente para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa “eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública,
3. Caso o adjudicatário não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:
  - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab>;
  - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab>;
  - c) Preencher o formulário de adesão: [https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP\\_CIU](https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU);
4. A fatura deve conter, entre outras indicações, a referência do procedimento, o número da nota de encomenda e o correspondente item.
5. A emissão de segundas vias das faturas solicitada pela Águas do Alto Minho não será objeto de qualquer cobrança adicional.

## **Cláusula 18.ª**

### **Acompanhamento e controlo do contrato**

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, a AdAM poderá requerer ao Adjudicatário reuniões de acompanhamento à execução do contrato, no mínimo quinzenais.
2. Todos os relatórios, registos, comunicações, e demais documentos elaborados pelo Adjudicatário devem ser integralmente redigidos em português.
3. O adjudicatário obriga-se a dispor de um responsável pela execução do contrato.
4. Após a assinatura do contrato, o adjudicatário informará, por escrito, o nome do responsável, indicando a sua qualificação técnica e, ainda, se o mesmo pertence ou não ao seu quadro técnico legal.
5. As ordens, avisos e notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução dos serviços poderão ser dirigidos diretamente ao seu responsável.

6. O adjudicatário deverá assegurar os meios indispensáveis para o estabelecimento de uma comunicação eficaz entre os seus agentes através da atribuição de um telemóvel, facultando o respetivo número à AdAM.

7. Em complemento dos meios de comunicação móveis, deverá ainda dispor de ligação à rede fixa com os meios indispensáveis para o estabelecimento de comunicação compatível entre a AdAM e o adjudicatário. É igualmente obrigatório dispor de meios que permitam a comunicação por correio eletrónico.

### **SECÇÃO III**

#### **ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

##### **Cláusula 19.<sup>a</sup>**

###### **Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato**

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela Contraente Pública, a identificar no contrato.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Cocontratante.
3. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, encontra-se habilitado a determinar ao Cocontratante que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Cocontratante de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

### **CAPÍTULO III**

#### **MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO**

##### **Cláusula 20.<sup>a</sup>**

###### **Cessão da posição contratual e subcontratação do Cocontratante**

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º I do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o Cocontratante pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da Contraente pública.



2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. A Contraente Pública deve pronunciar-se sobre a proposta do Cocontratante no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento, pelo Cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a Contraente Pública pode determinar que o Cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela Contraente Pública, pela ordem sequencial daquele procedimento.
5. A subcontratação pelo Cocontratante depende de autorização da Contraente Pública, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

## **Cláusula 21.<sup>a</sup>**

### **Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a AdAM pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, que pode ser acumulada com outras cujo pressupostos se mostrem verificados, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a. Pelo incumprimento na realização de algum dos serviços indicados na clausula 29.º do presente Caderno de Encargos, será aplicada penalização de acordo com os dias em atraso em relação ao estipulado:
    - i. Até 1 dia de atraso: penalização de 2,50 EUR por dia e serviço;
    - ii. Superior a 1 dia de atraso: penalização pela totalidade do valor do serviço
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a AdAM tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
3. A AdAM pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

4. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a AdAM exija uma indemnização pelo dano excedente.
5. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a AdAM pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 20% do valor global do contrato.
6. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da alínea a) do nº I, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.

#### **Cláusula 22.<sup>a</sup>**

##### **Força maior**

1. I. Não podem ser impostas sanções contratuais ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
  - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
  - b) Sejam alheias à sua vontade;
  - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
  - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas

legais;

- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Cocontratante das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a Contraente Pública a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o adjudicatário direito a qualquer indemnização

### **Cláusula 23.<sup>a</sup>**

#### **Resolução por parte da Águas do Alto Minho**

I. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato e do direito de indemnização nos termos gerais, pode a AdAM resolver o contrato no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, nomeadamente quando a ou se por um período consecutivo de 30 (*trinta*) dias a % de serviços executados (sem causa imputável) for inferior a 80% do volume planeado ou o adjudicatário declarar por escrito que o atraso excederá esse prazo.

- a) Incumprimento, cumprimento deficiente ou mora no cumprimento de alguma das obrigações compreendidas no presente caderno de encargos e que coloquem em crise o normal e adequado funcionamento do sistema de faturação associado;
- b) Declaração do adjudicatário em como não cumprirá alguma obrigação inscrita no presente caderno de encargos e da qual resulte perda do interesse da AdAM na prestação contratual;
- c) A prestação do serviço se atrase mais de 30 (*trinta*) dias seguidos;

- d) Quando a percentagem de serviços realizados face ao planeado, por um período consecutivo de 60 (sessenta) dias, for inferior a 70% do volume total;
- e) Quando a percentagem média de erros, nos serviços executados e registadas num período consecutivo de 60 (sessenta) dias, for igual ou superior a 1% do total dos serviços registados nesse período;
- f) Se se verificar a ocorrência da não execução de serviços, nas datas programadas, em 3 (três) dias consecutivos ou em 5 (cinco) dias intercalados.

**2.** O direito de resolução referido nos números anteriores exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela AdAM.

**3.** A resolução sancionatória do contrato de aquisição de serviços, pelo incumprimento definitivo do contrato pelo adjudicatário, constitui a entidade adjudicante no direito a uma indemnização pelos prejuízos sofridos pelo inadimplemento da contraparte, indemnização essa que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 810.º do Código Civil, se fixa no montante correspondente a 20% do preço contratual.

**4.** O disposto no número anterior não obsta a que a entidade adjudicante exija indemnização pelo dano excedente à pré-liquidação ali concretizada.

**5.** Os valores referidos nos n.º 3 e 4 da presente cláusula, serão deduzidos, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 333.º do CCP, das quantias devidas e/ou pela execução das garantias prestadas e/ou prosseguido judicialmente, quando não for pago voluntariamente pelo adjudicatário no prazo de 10 (dez) dias após notificação da decisão de resolução sancionatória pela entidade adjudicante.

#### **Cláusula 24.<sup>a</sup>**

##### **Resolução do contrato por parte do adjudicatário**

- 1. O Cocontratante pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
- 2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
- 3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

## **Cláusula 25.<sup>a</sup>**

### **Execução da caução**

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos previstos no programa de procedimento, pode ser executada pela Contraente Pública sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo Cocontratante das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de sanções contratuais, ou para quaisquer outros efeitos resultantes do contrato ou da lei.
2. A resolução do contrato pela Contraente Pública não impede a execução da caução nos termos da lei ou do contrato.
3. Salvo no caso previsto no número anterior, a execução parcial ou total da caução constitui o Cocontratante na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes da execução, no prazo de 15 (*quinze*) dias após a notificação da Contraente Pública para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada no prazo de 30 dias após o termo do prazo das obrigações de correção devidas pelo Cocontratante.

## **Cláusula 26.<sup>a</sup>**

### **Responsabilidades**

O adjudicatário é responsável por todos os danos causados às e nas instalações da AdAM, a título culposo ou objetivo, que resultem causalmente da sua prestação contratual, ficando constituído na obrigação de indemnizar, aplicando-se o disposto na alínea b), do n.º I, do artigo 296.º do Código dos Contratos Públicos.

## **Cláusula 27.<sup>a</sup>**

### **Seguros e Encargos Sociais**

#### **I. Seguro de Responsabilidade Civil**

- a) O adjudicatário subscreverá em seu próprio nome e de todos os eventuais contratados e trabalhadores independentes, uma apólice de seguro onde serão indemnizadas, em caso de sinistro, as perdas e/ou danos de caráter patrimonial e não patrimonial, causados a terceiros em geral e à AdAM em particular, em consequência da execução da presente prestação de serviços,

cuja responsabilidade civil legal de natureza extracontratual pelo dano causado seja imputável a qualquer das entidades seguras na apólice, por si isoladamente ou de forma solidária;

b) Para todos os efeitos deste seguro, deverá constar nas Condições Particulares da Apólice que a entidade adjudicante será sempre considerada terceira, independentemente da sua relação jurídica com o tomador do seguro;

c) O Adjudicatário é obrigado a contratar um seguro de responsabilidade civil que garanta a cobertura dos riscos e danos direta ou indiretamente emergentes da sua atuação no valor mínimo de 50 000,00 EUR (cinquenta mil euros), por sinistro e anuidade.

## **2. Seguro de Acidentes de Trabalho**

a) O Adjudicatário ficará responsável pelo pagamento de todos os encargos sociais estabelecidos na lei a todo o seu pessoal.

b) O Adjudicatário obriga-se a efetuar apólices de seguro que cobrirão acidentes de trabalho e doenças profissionais, bem como a mantê-las válidas até à conclusão do contrato, nos termos da legislação em vigor.

3. O Adjudicatário obriga-se ainda a segurar os meios de transporte que sejam empregues na prestação de serviços, bem como todas as pessoas nelas transportadas na qualidade de passageiros, seja quem for, estas últimas, com valor ilimitado de responsabilidade civil.

4. Os encargos referentes aos seguros impostos por este Caderno de Encargos, bem como qualquer dedução efetuada pela Seguradora a título de franquia, em caso de sinistro indemnizável, serão por conta do Adjudicatário.

5. A AdAM pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos na presente cláusula, devendo o Adjudicatário fornecê-la no prazo 5 (cinco) dias.

## **Capítulo IV - Resolução de litígios**

### **Cláusula 28.<sup>a</sup>**

#### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

## **CAPÍTULO IV**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Cláusula 29.<sup>a</sup>**

##### **Regulamentos dos fornecedores**

O Regulamento dos Fornecedoros está disponível no site da AdAM em <http://www.adam.pt> deverá ser integralmente cumprido. Neste Regulamento consta a documentação que deverá ser apresentada, antes de início dos trabalhos e na sua execução.

#### **Cláusula 30.<sup>a</sup>**

##### **Comunicações e notificações**

- I. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 31.<sup>a</sup>**

##### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

#### **Cláusula 32.<sup>a</sup>**

##### **Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

## **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

### **PARTE I - GERAL**

#### **Cláusula 33.<sup>a</sup>**

##### **Âmbito do contrato**

Os serviços a executar no âmbito do presente procedimento serão realizados em toda a área intervenção da AdAM, que apresenta cerca de 1.585 km<sup>2</sup>, distribuída pelos 7 (sete) concelhos da sua zona de influência.

#### **Cláusula 34.<sup>a</sup>**

##### **Condições Gerais dos Meios Humanos, Materiais e Equipamento**

1. O prestador de serviços alocação os meios necessários à realização da atividade, adequando-os ao número de Ordens de Serviço (OS) entregues e tendo em conta o respetivo prazo de execução, imposto pela entidade.
2. **Meios humanos** – Para o cumprimento das suas obrigações e salvaguarda das condições e qualidade de execução dos serviços objeto do presente contrato, o número de elementos fica à decisão do prestador de serviços, devendo as equipas, definidas por área de intervenção, serem posteriormente comunicadas à AdAM.
  - a. São da exclusiva responsabilidade do prestador de serviços as obrigações relativas ao pessoal afeto à prestação de serviços, à respetiva aptidão profissional e à disciplina, cabendo-lhe assegurar o respetivo enquadramento hierárquico e disciplinar.
  - b. O prestador de serviços deverá indicar e apresentar à AdAM, antes do início da prestação de serviço e sempre que haja modificações, quais os seus responsáveis hierárquicos e indicar a forma de contacto regular.
  - c. Os trabalhadores do prestador de serviços, que no entender da AdAM tenham comportamento incorreto, revelem negligência, e/ou violem normas sobre segurança, ou regulamentos oficiais ou da AdAM devem ser, após pedido formal desta, imediatamente substituídos;
  - d. Deverá ser fornecida à AdAM uma lista com a identificação dos técnicos ao serviço do prestador de serviços, em conformidade com a proposta apresentada e respeitando os requisitos mínimos de capacidade técnica, para os meios humanos definidos no programa de concurso.



- e. Sempre que um técnico do prestador de serviços deixe de estar afeto à atividade objeto da prestação de serviços, este entregará, de imediato, a lista de colaboradores atualizada, assim como as respetivas fichas de aptidão médica.
- f. Os trabalhadores do prestador de serviços comprometem-se a cumprir as regras específicas da AdAM.
- g. O prestador de serviços fica sujeito ao cumprimento das disposições legais regulamentares em vigor sobre medicina, segurança e higiene no trabalho, relativamente a todo o pessoal afeto à prestação dos serviços contratados, sendo da sua responsabilidade os encargos que daí resultem.
- h. O prestador de serviços é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a segurança do seu pessoal.
- i. Assegurar que os seus colaboradores não iniciam o serviço, sem que estejam reunidas todas as regras de identificação da AdAM, e sem que estejam munidos com todos os equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços previstos na cláusula 42 do caderno de encargos.
- j. Todo o pessoal afeto pelo adjudicatário à execução da prestação deverá estar permanentemente contactável, devendo, por isso, estar dotado de meios de comunicação eficazes que garantam, em permanência, a sua comunicação com o adjudicatário e deste com a AdAM.
- k. Fornecer à da AdAM os contactos móveis de todos os seus colaboradores adstritos à execução dos serviços objeto do presente contrato, permitindo o acesso e contacto direto com os mesmos.
- l. A AdAM fornecerá elementos de identificação presencial para os técnicos que o adjudicatário tenha ao seu serviço, devendo obrigatoriamente ser utilizado sempre que os mesmos se encontrem ao serviço da AdAM.
- m. Compete ao prestador de serviço garantir, em permanência, que as equipas se apresentem com vestuário adequado, devidamente identificados com o cartão personalizado, emitido pela AdAM e um colete identificativo do serviço, com a seguinte descrição “Ao Serviço da Águas do Alto Minho, S.A.”, o qual deverá ser fornecido pelo adjudicatário.

**3. Materiais** – o adjudicatário receberá no armazém do Centro Operacional do Sul (Viana do Castelo) todos os materiais necessários à execução dos serviços (contadores, selos, arame de selar, válvulas, outros acessórios, não incluindo ferramentas).

**4. Equipamentos** – Constitui encargo do adjudicatário a utilização de máquinas, aparelhos, utensílios, ferramentas e todo o material indispensável à boa execução dos trabalhos.

- a. Inclui-se nos equipamentos PDA/Smartphone para instalação da aplicação móvel de Mobilidade de Serviços que deve conter as seguintes especificações mínimas:

<b>Processador</b>	
Tipo Processador	Octa-Core ou superior
Velocidade Processador	1.6 GHz ou superior
<b>Ecrã</b>	
Resolução (Ecrã Principal)	720 x 1280 (HD) ou superior
Tamanho (Ecrã Principal)	126.7mm (5.0") ou superior
<b>Câmara Fotográfica</b>	
Câmara Principal - Resolução	16.0 MP
<b>Memória</b>	
Memória RAM (GB)	3 ou superior
Memória ROM (GB)	32 ou superior
Memória Disponível (GB)*	20 ou superior
Tecnologia de Localização	GPS, Glonass, Beidou, Galileo
Bluetooth	Bluetooth v5.0
Wi-Fi	802.11 a/b/g/n/ac 2.4G+5GHz
<b>Sistema Operativo / Segurança</b>	
Android	Versão 9
Sistema de Segurança	Knox Container

- b. Cada equipamento terá de possuir um cartão SIM para comunicação de voz e dados, sendo que o processo de aquisição e os custos de fornecimento e manutenção são da responsabilidade do prestador de serviço.
- c. Os equipamentos em utilização nesta prestação de serviço terão que ser registados previamente na aplicação de mobilidade de serviços da AdAM, pelo que o prestador deverá solicitar com a antecedência de 2 dias o seu registo.
- d. O adjudicatário deverá alocar os meios próprios necessários para se fazer transportar pelo território/área de intervenção da prestação de serviço e de forma a transportar todos os meios (contadores, ferramentas e outros materiais e equipamentos), devidamente acondicionados, necessários à execução do serviço; esses meios de deslocação deverão estar devidamente identificados com logotipo do adjudicatário e a AdAM deverá fornecer uma placa com a frase “Ao serviço da AdAM”.

### **Cláusula 35.<sup>a</sup>**

#### **Fornecimento e receção de contadores**

1. É da responsabilidade da AdAM o fornecimento atempado, ao prestador de serviços, de contadores e de todo o tipo de acessórios necessários para a correta instalação (selos personalizados, arame de selar, válvulas, entre outros).
2. Caberá ainda à AdAM proceder, nos referidos armazéns, à receção e entrega dos contadores ao prestador de serviços, na sequência de serviços de substituição e colocação.
3. A receção dos contadores no armazém do COP Sul terá de ser efetuada mediante formulário próprio.
4. Qualquer dano provocado no manuseamento (quebra de tampa, quebra do corpo do contador, rosca amolgada, etc.), bem como a perda do contador, será objeto de relatório a elaborar pelo prestador de serviços e sujeito à apresentação e apreciação da AdAM, a qual poderá imputar os encargos inerentes àquele.

### **Cláusula 36.<sup>a</sup>**

#### **Pagamento dos serviços executados**

- a) O pagamento dos serviços corretamente realizados será efetuado com base em autos de medição mensais.
- b) Para cada período mensal, será realizado o cálculo do índice percentual de realização dos serviços.
- c) Para o cálculo do índice percentual de realização de serviços, só são efetivamente considerados os serviços que forem corretamente executados.
- d) Todos os serviços que não sejam realizados conforme descritos no presente caderno de encargos serão considerados incorreta, indevidamente ou insuficientemente realizados.

### **Cláusula 37.<sup>a</sup>**

#### **Frequência dos serviços prestados**

Todos os serviços serão executados em dias úteis (de segunda a sexta-feira), à exceção dos serviços de corte que deverão ser executados de segunda a quinta-feira e excetuando-se o dia imediatamente antes do feriado nacional ou municipal.

### **Cláusula 38.<sup>a</sup>**

#### **Dificuldades/Impossibilidades na execução do serviço**

1. Qualquer dificuldade na execução dos serviços, por exemplo:

- a) contador mais pequeno que o espaço destinado;
- b) contador novo não cabe no local existente;
- c) Válvula de ramal inoperacional;
- d) Canalizações da rede predial em mau estado de conservação;

Deve ser documentado fotograficamente, reportar no serviço sendo que o mesmo deve ser devolvido e após estarem reunidas as condições para a sua execução se procederá à devolução do mesmo.

2. Impossibilidade de execução de serviço por não autorização do cliente

No caso de deslocação à morada do Cliente, estando o contador colocado no interior da sua propriedade, e perante a não autorização do cliente do acesso a este, o procedimento a seguir pelo adjudicatário deverá ser o seguinte:

- a. Informação ao Cliente da Ordem de Serviço e o seu objetivo;
- b. Registo na Ordem de Serviço do motivo para a não execução da mesma.

3. Impossibilidade de execução de serviço por canalizações em mau estado de conservação

Nas canalizações que, antes de execução do serviço, revelem sinais evidentes de que se encontram em deficiente estado de conservação, não aconselhando tecnicamente qualquer intervenção sobre elas, o procedimento a seguir pelo adjudicatário deverá ser o seguinte:

- a. Informação ao Cliente da Ordem de Serviço e objetivo da mesma, caso o cliente esteja presente;
- b. Dar a ordem de serviço como não executada;
- c. Nos casos em que seja detetada uma anomalia ou irregularidade na instalação em propriedade privada, o adjudicatário deve documentar fotograficamente e informar por escrito de imediato a AdAM para os e-mails a serem fornecidos, identificando o local, o código de cliente e número da Ordem de Serviço, e descrevendo o que foi verificado, por quem, quando e onde;

4. Consideram-se anomalias ou irregularidades nomeadamente o elevado estado de degradação de tubagens e/ou acessórios, que impossibilite o trabalho ou o torne arriscado, a existência de fugas (exceto se elas se verificarem nos componentes a substituir), a falta de condições de salubridade, a existência de danos graves no contador, a evidência de que o contador existente foi retirado (com ou sem ligação direta) ou a constatação de ligações a montante do contador.

### **Cláusula 39.<sup>a</sup>**

#### **Fiscalizações da prestação de serviços**

1. As ações de fiscalização e controlo da A.D.A.M. - Águas do Alto Minho, S.A., em nada diminuem a responsabilidade do prestador de serviços pela boa execução dos mesmos, salvo naquilo que for expressamente determinado pelos Serviços da A.D.A.M. - Águas do Alto Minho, S.A. contrariando o parecer do adjudicatário, determinação que, para o efeito, só poderá ser invocada quando tenha sido efetuada por escrito.
2. A fiscalização da A.D.A.M. - Águas do Alto Minho, S.A. incidirá sobre as condições da execução do serviço, a oportunidade de deslocação a casa do Cliente no período requerido, o grau de satisfação do Cliente pela forma como foi contactado e como aceitou a presença dos técnicos do adjudicatário, designadamente, quanto à sua apresentação, comportamento e civismo.
3. Será também apreciada a qualidade da informação adicional à execução do serviço, prestada aos Clientes e à A.D.A.M. - Águas do Alto Minho, S.A.
4. Dos resultados dessa fiscalização a A.D.A.M. - Águas do Alto Minho, S.A. dará conhecimento ao prestador de serviços, reservando-se o direito de omitir a identidade dos Clientes e a sua residência.
5. Os Técnicos poderão ser permanentemente acompanhados no trabalho de campo, por um ou mais elementos da A.D.A.M. - Águas do Alto Minho, S.A.

### **Cláusula 40.<sup>a</sup>**

#### **Reclamações Cliente**

1. As reclamações dos Clientes sobre serviço deficiente ou sobre danos durante a execução do serviço, ou surgidos posteriormente, serão encaminhadas, de imediato, para o prestador do serviço que deverá resolver as causas da reclamação e assumir os encargos respetivos e a responsabilidade pelos danos (patrimoniais ou extrapatrimoniais) provocados, enviando, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, à A.D.A.M. - Águas do Alto Minho, S.A., relatório sobre a situação, onde se refira as medidas que foram adotadas.
2. As reclamações de serviços executados pelo adjudicatário serão, por norma, resolvidas pelo prestador do serviço.
3. Eventuais deslocações da A.D.A.M. - Águas do Alto Minho, S.A. aos locais das reclamações, para resolução excecional das mesmas, constituirão sempre encargo do adjudicatário e terão

uma penalização igual ao dobro do valor do trabalho realizado inadequadamente pelo prestador do serviço.

## **PARTE II – ESPECIFICAS**

### **Cláusula 41.<sup>a</sup>**

#### **Modo de Execução dos serviços**

- a) Diariamente o adjudicatário receberá as ordens de serviço no software de faturação que deverá distribuir pelos executantes para a aplicação Mobilidade de Serviços.
- b) Os executantes acedem à aplicação e registam a informação recolhida no terreno, de acordo com as Instruções de Trabalho fornecidas pela AdAM em formação própria.
- c) Carregar diariamente os registos fotográficos dos serviços em local/forma a indicar pela AdAM posteriormente;
- d) As visitas aos clientes serão efetuadas entre a 08h00 e as 20h00, nos dias úteis e quando necessário ao fim de semana, sendo que qualquer visita fora desse horário deve ter a prévia autorização da AdAM;
- e) As deslocações aos estabelecimentos (comércio/indústria) serão efetuadas dentro do horário referido no ponto anterior, mas tendo em conta o período de funcionamento de cada um dos estabelecimentos, devendo o prestador de serviços adaptar o seu itinerário a esta circunstância e evitar perturbar o funcionamento da atividade.
- f) Efetuar pelo menos 3 (três) tentativas de execução de todos os serviços, antes de resolver o serviço na aplicação com a classificação adequada (a designar por Instrução de Trabalho a divulgar durante formação própria), e devida comunicação ao gestor de processo da AdAM.
- g) Todos os serviços não executados com falta de registo fotográfico a comprovar não serão pagos;
- h) Assegurar o devido carregamento nas Ordens de Serviço, na aplicação, onde devem ser verificados todos os campos pré-preenchidos, nomeadamente morada do local de consumo, bem como o número, marca e diâmetro do contador. Deve-se registar também as leituras do contador, o número do selo existente, e/ou o número do selo colocado. O campo de “informações” deve ser utilizado sempre que for necessário transmitir à AdAM informação sobre anomalias encontradas, ou para descrever a intervenção realizada. Deve ser registado todo o material utilizado na execução do serviço.
- i) Contactar via telemóvel, com os serviços da AdAM, para relato das condições de execução do serviço, na impossibilidade de execução da atividade por recusa do cliente ou outra;

- j) O adjudicatário deverá proceder à limpeza do local de intervenção, recolha, triagem e acondicionamento, transporte, eventual armazenamento e encaminhamento a destino final adequado (operador licenciado) de todos os resíduos resultantes da atividade;
- k) Transportar o equipamento de contagem antigo e todos os acessórios retirados e associados ao local de consumo para armazém da AdAM, em Viana do Castelo (COP SUL), juntamente com modelo próprio;
- l) O adjudicatário deverá guardar registo das marcações efetuadas, dado que a sua confirmação/prova poderá ser solicitada pela ÁGUAS DO ALTO MINHO quando necessário, nomeadamente para resposta a reclamações;
- m) Em caso de necessidade a AdAM, poderá solicitar fotografias para melhor avaliar a necessidade das alterações comunicadas no ponto anterior;
- n) Realizar os apertos necessários, confirmando que estão perfeitamente estanques;
- o) O selo para selar a instalação (a fornecer pela AdAM) deve ser colocado de acordo com instrução de trabalho a disponibilizar posteriormente;
- p) Manobrar a válvula de ramal (se aplicável);
- q) Verificar a pressão no local, através de manómetro, apontando a mesma em Observações na Ordem de Serviço. Caso a mesma ultrapasse 6bars, deverá dar conhecimento do facto telefonicamente à AdAM;
- r) Sempre que por questões informáticas imputáveis ao prestador ou outras imputáveis à AdAM, as OS devem ser impressas, preenchidas, digitalizadas (como o número da OS no nome do ficheiro) por correio eletrónico (a definir oportunamente) assim como as diversas fotos, referenciadas nos pontos anteriores, bem como o ficheiro do presente ponto, em pasta “Zipada” cujo nome será também o número da Ordem de Serviço;
- s) Qualquer dano provocado pelo adjudicatário no manuseamento (quebra da tampa, quebra do corpo do contador, rosca amolgada, etc.), será objeto de relatório a elaborar pelo adjudicatário e sujeito à apresentação e apreciação da ÁGUAS DO ALTO MINHO, S.A., a qual lhe imputará os encargos inerentes aquele.

## **Cláusula 42.<sup>a</sup>**

### **Serviços prestados**

#### **I. SERVIÇO DE LIGAÇÃO OU FECHO**

##### **I.1. LIGAÇÃO**

- a) Prazo de execução: no máximo no dia seguinte à receção do serviço ou na data e hora agendada com o cliente;
- b) Modo de execução:
  - i. verificação do n.º série do contador, diâmetro do contador instalado, número de emissor de telemetria, quando exista, número de selo, leitura e morada de local de consumo. No caso de existir necessidade de correção da morada de local de consumo a mesma deve ser mencionada em observações.
  - ii. Remoção do selo de corte/suspensão (vermelho) e aplicação do selo azul, de acordo com a norma técnica de selagem de contadores em vigor na Águas do Alto Minho.
  - iii. Sempre que não for possível o acesso ao local de consumo deve ser assinalado o motivo da devolução no serviço, fazendo-se acompanhar de fotografia comprovativa e submetida na aplicação ou enviada por email destinado para esse fim a indicar pela Águas do Alto Minho;
  - iv. Verificação da ausência de violação de selo de corte: caso seja detetada alguma anomalia e/ou violação do selo instalado, deve ser registada fotograficamente e mencionada na Ordem de Serviço, para posterior comunicação à Águas do Alto Minho devendo o serviço de ligação ser executado.
  - v. No caso se não existir válvula de seccionamento (passador de segurança) não se efetua a ligação sem a presença do cliente, apenas em casos autorizados pela Águas do Alto Minho. Deve ser referido no serviço quando a abertura for efetuada na presença do cliente tal informação. Quando se verificar viável a colocação da referida válvula, devem proceder à sua instalação, colocação de informação no serviço assim como envio de fotografia comprovativa.
  - vi. Devem sempre proceder ao fecho da válvula de seccionamento (passador de segurança) quando a mesma existir.
  - vii. O serviço de ligação só pode ser realizado com acesso à leitura do contador, ou seja, se se tiver acesso ao passador de selar, mas o contador não está acessível não se efetua a ligação.
  - viii. Sempre que o serviço de ligação seja realizado num local de consumo, em que o contador apresente uma idade superior que o controlo metrológico obrigue a sua



substituição (>12 anos) devem proceder à mesma. Nestes casos devem solicitar a emissão do serviço de substituição ao BackOffice da Águas do Alto Minho (contacto telefónico a indicar posteriormente).

- ix. Sempre que ao executar um serviço de ligação, o local de consumo não tiver passador de selar que permita a selagem do mesmo em pelo menos dois orifícios, devem proceder à sua substituição, caso o local o permita, e fotografar a instalação. Caso o local não ofereça condições de substituição devem referir nas observações a necessidade de substituição e fotografar a instalação. Os passadores de selar serão sempre fornecidos pela Águas do Alto Minho.
- x. Sempre que o número de série do contador existente no local de consumo seja diferente do que consta na ordem de trabalho a mesma não deve ser realizada, salvo autorização expressa da Águas do Alto Minho;
- xi. Sempre que na realização de um serviço de ligação a leitura do contador instalado no local de consumo, for diferente da que consta do serviço, é obrigatório o envio de foto para a Águas do Alto Minho.

## **I.2. FECHO**

- a. Prazo de execução: no máximo no dia seguinte à receção do serviço ou na data e hora agendada com o cliente;
- b. Modo de execução:
  - i. Verificação do n.º série do contador, diâmetro do contador instalado, número de emissor de telemetria quando exista, número de selo, leitura e morada de local de consumo;
  - ii. A instalação deve ser selada, com selo vermelho, de modo que seja impossível ao cliente abrir a válvula a montante do contador sem partir o selo;
  - iii. Sempre que ao executar um serviço de ligação, o local de consumo não tiver passador de selar que permita a selagem do mesmo em pelo menos dois orifícios, devem proceder à sua substituição, caso o local o permita, e fotografar a instalação. Caso o local não ofereça condições de substituição devem referir nas observações a necessidade de substituição e fotografar a instalação. Os passadores de selar serão sempre fornecidos pela Águas do Alto Minho.
  - iv. O serviço de fecho apenas deve ser dado como executado, sempre que o passador de selar existente no local, esteja devidamente trancado e selado ou fechado na válvula do ramal, se for possível garantir que o ramal abastece apenas o cliente para o qual existe ordem de serviço.

- v. Verificação da ausência de violação de selo de corte. Caso seja detetada alguma anomalia e/ou violação dos selos instalados, a mesma deve ser registada fotograficamente na ordem de serviço, ou enviada por email a designar pela ÁGUAS DO ALTO MINHO, mas deve ser executado o serviço de fecho normalmente;
- vi. Sempre que não for possível o acesso ao local de consumo, para a execução do serviço, devem sempre assinalar o motivo da devolução no serviço, fazendo-se acompanhar de foto comprovativa que deve ser submetida na aplicação ou enviada por email destinado a esse fim, indicado pela ÁGUAS DO ALTO MINHO;
- vii. Devem proceder ao fecho da válvula de seccionamento (passador de segurança), sempre que exista.

## **2. SERVIÇO DE COLOCAÇÃO OU RETIRADA DE CONTADOR**

### **2.1. COLOCAÇÃO**

- a. Prazo de execução: no máximo no dia seguinte à receção do serviço ou na data e hora agendada com o cliente;
- b. Modo de execução:
  - i. Verificação da morada de local de consumo e do cumprimento das normas em vigor, na Águas do Alto Minho, para instalação de contadores;
  - ii. Instalação do contador, verificação da pressão e aplicação de selo azul, podendo existir a possibilidade de instalação de acessórios em casos a definir pela Águas do Alto Minho;
  - iii. Quando a pressão for abaixo de 1,5 ou acima de 6 bar, devem referir nas observações do serviço;
  - iv. Registo na aplicação do número do contador, leitura, número do selo e todos os acessórios utilizados;
  - v. Sempre que não for possível a execução do serviço por falta de acesso ao local de consumo ou anomalia na instalação, deve ser sempre assinalado o motivo da devolução no serviço, fazendo-se acompanhar de foto comprovativa submetida na aplicação ou enviada por email destinado para esse fim e a indicar pela Águas do Alto Minho;
  - vi. Garantir que o contador possui filtro e válvula de retenção.

### **2.2. RETIRADA**

- a. Prazo de execução: no máximo no dia seguinte à receção do serviço ou na data e hora agendada com o cliente;

b. Modo de execução:

- i. Verificação do número do contador, número de selo e morada do local de consumo;
- ii. Instalação de selo vermelho;
- iii. Registo na aplicação do número do contador, leitura, número do selo e todos os acessórios utilizados;
- iv. Sempre que não for possível a execução do serviço por falta de acesso ao local de consumo ou anomalia na instalação, deve ser sempre assinalado o motivo da devolução no serviço, fazendo-se acompanhar de foto comprovativa submetida na aplicação ou enviada por email destinado para esse fim e a indicar pela Águas do Alto Minho;
- v. Registo fotográfico do local.

### **3. SERVIÇO DE CORTE OU RESTABELECIMENTO**

#### **3.1. CORTE**

- a. Prazo de execução: no máximo no dia seguinte à receção do serviço ou na data e hora agendada com o cliente;
- b. Modo de execução:
  - a. Verificação do n.º série do contador, diâmetro do contador instalado, número de emissor de telemetria quando exista, número de selo, leitura e morada de local de consumo;
  - b. A instalação deve ser selada, com selo vermelho, de modo que seja impossível ao cliente abrir a válvula a montante do contador sem partir o selo;
  - c. Sempre que não for possível o acesso ao local de consumo, para a execução do serviço, devem sempre assinalar o motivo da devolução no serviço, fazendo-se acompanhar de foto comprovativa que deve ser submetida na aplicação ou enviada por email destinado a esse fim, indicado pela ÁGUAS DO ALTO MINHO;
  - d. O serviço de corte apenas deve ser dado como executado, sempre que o passador de selar existente no local, esteja devidamente trancado e selado ou fechado na válvula do ramal, se for possível garantir que o ramal abastece apenas o cliente para o qual existe ordem de serviço;
  - e. Verificação da ausência de violação de selo de corte. Caso seja detetada alguma anomalia e/ou violação dos selos instalados, a mesma deve ser registada fotograficamente na ordem de serviço, ou enviada por email a designar pela ÁGUAS DO ALTO MINHO, mas deve ser executado o serviço de fecho normalmente;

- f. Devem proceder ao fecho da válvula de seccionamento (passador de segurança), sempre que exista.

### **3.2. RESTABELECIMENTO**

- a. Prazo de execução: no máximo no dia seguinte à receção do serviço, sendo que não pode ultrapassar as 24 horas seguidas e seguintes à receção do serviço.
- b. Modo de execução:
- Verificação do n.º série do contador, diâmetro do contador instalado, número de emissor de telemetria quando exista, número de selo, leitura e morada de local de consumo;
  - Remoção do selo de corte (vermelho) e aplicação do selo azul, de acordo com a norma técnica de selagem e contadores em vigor na ÁGUAS DO ALTO MINHO;
  - Sempre que não for possível o acesso ao local de consumo, para a execução do serviço, devem sempre assinalar o motivo da devolução no serviço, fazendo-se acompanhar de foto comprovativa que deve ser submetida na aplicação ou enviada por email destinado a esse fim, indicado pela ÁGUAS DO ALTO MINHO;
  - Verificação da ausência de violação de selo de corte. Caso seja detetada alguma anomalia e/ou violação dos selos instalados, a mesma deve ser registada fotograficamente e na ordem de serviço, para posterior comunicação à ÁGUAS DO ALTO MINHO, mas deve ser executado o serviço de restabelecimento normalmente.
  - O serviço de restabelecimento somente pode ser realizado com acesso à leitura do contador;
  - No caso se não existir válvula de seccionamento (passador de segurança) não se efetua o restabelecimento sem a presença do cliente, apenas em casos autorizados pela Águas do Alto Minho. Deve ser referido no serviço quando o restabelecimento for efetuado na presença do cliente tal informação. Quando se verificar viável a colocação da referida válvula, devem proceder à sua instalação, colocação de informação no serviço assim como envio de fotografia comprovativa.
  - Sempre que na realização de um serviço de restabelecimento a leitura do contador instalado no local de consumo, for diferente da que consta do serviço, é obrigatório o envio de foto para ÁGUAS DO ALTO MINHO;
  - Proceder ao fecho da válvula de seccionamento (passador de segurança), sempre que exista.

#### **4. SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE CONTADOR (DNI5 A DNI50)**

- a. Prazo de execução: No máximo nos 5 dias seguintes à emissão do serviço ou na data e hora agendada com o cliente no caso do Plano de Controlo Metrológico;
- b. Modo de execução:
  - i. Verificação do n.º série do contador, diâmetro do contador instalado, número de emissor de telemetria quando exista, número de selo, leitura e morada de local de consumo;
  - ii. Em todos os serviços é obrigatório garantir que o novo contador possui filtro e válvula de retenção;
  - iii. Remoção do selo existente no local de consumo e aplicação do novo selo azul ou vermelho, se tal acontecer, de acordo com a norma técnica de selagem e contadores em vigor na ÁGUAS DO ALTO MINHO;
  - iv. Sempre que não for possível o acesso ao local de consumo, para a execução do serviço, devem sempre assinalar o motivo da devolução no serviço, fazendo-se acompanhar de foto comprovativa que deve ser submetida na aplicação ou enviada por email destinado a esse fim, indicado pela ÁGUAS DO ALTO MINHO;
  - v. Caso seja detetada alguma anomalia no contador e/ou violação dos selos instalados, a mesma deve ser registada fotograficamente e na Ordem de Serviço, para posterior comunicação à ÁGUAS DO ALTO MINHO, mas deve ser executado o serviço de restabelecimento normalmente.
  - vi. Sempre que ao executar um serviço de substituição o local de consumo não tiver um passador de selar, que permita a selagem do mesmo em pelo menos dois orifícios devem proceder à sua substituição, caso o local o permita. Nestes casos os passadores de selar serão sempre fornecidos pela ÁGUAS DO ALTO MINHO.
  - vii. Sempre que o número de série do contador existente no local de consumo seja diferente do que consta na ordem de trabalho a mesma não deve ser realizada, salvo autorização expressa da ÁGUAS DO ALTO MINHO;
  - viii. Sempre que na realização de um serviço de substituição a leitura do contador instalado no local de consumo, for diferente da que consta do serviço, é obrigatório o envio de foto para ÁGUAS DO ALTO MINHO;
  - ix. Devem proceder ao fecho da válvula de seccionamento (passador de segurança), sempre que exista.
  - x. Nas substituições de calibre superior a 30mm é obrigatório sempre o registo fotográfico (instalação existentes e instalação nova).